



## REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2015 (Da Sra. Eliziane Gama)

*Requer informações ao Ministério de Minas e Energia sobre o cancelamento da construção da refinaria Premium I, no Maranhão, pela Petrobras, nos termos em que especifica.*

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com base no § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 115, inciso I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados – RICD, que, ouvida a Mesa, seja encaminhado ao Excelentíssimo Ministro de Minas e Energia, Sr. Eduardo Braga, com cópia para a Petrobras, pedido de informação sobre as últimas notícias divulgadas sobre o cancelamento anunciado pela Petrobras da construção da refinaria Premium I, no Maranhão.

Solicita-se que seja informado o seguinte:

- Porque a Petrobras decidiu por parar as obras da Refinaria Premium I? Solicitamos o envio do racional que embasou a decisão.
- Quanto foi o investimento previsto e o investimento gasto pela Petrobras nesta refinaria até o presente momento?
- Há alguma perspectiva de retomar a obra? Se sim, quando?
- Houve deslocamento de população para permitir a execução da refinaria? Se sim, a população deslocada será resarcida? Qual o valor previsto?
- Qual foi o impacto ambiental ocorrido até o presente momento com a construção da Refinaria? E como a Petrobras pretende ressarcir este prejuízo?

### JUSTIFICATIVA

Durante a divulgação do balanço do terceiro trimestre, a Petrobras anunciou a redução de investimentos. Entre os cortes está o cancelamento da construção de duas refinarias no Nordeste: a Premium I, no Maranhão, e a Premium II, no Ceará. As duas novas unidades constam no Plano de Negócios e Gestão 2014-2018 da estatal, que prevê investimentos totais de 220,6 bilhões de



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

dólares para o período. A estratégia de adiamento de projetos nesse segmento ocorre após a área de refino ter sido o foco de grandes polêmicas na Petrobras no último ano.

A pedra fundamental da refinaria do Maranhão foi lançada em 2010, com grande alarido, na presença do então presidente Lula, sua candidata à sucessão Dilma Rousseff, chefe da Casa Civil. O então senador José Sarney, sua filha Roseana e Edison Lobão, ministro das Minas e Energia na época também estavam presente.

Seria a maior refinaria do Brasil, com capacidade de produzir 600 mil barris/dia, empregaria 25 mil pessoas no ápice das obras e devria entrar em pleno funcionamento em 2016. Um projeto como este que criou expectativa de geração de emprego e renda para milhares de maranhenses. Quatro anos depois, decidem pela paralização da obra, que somente em terraplanagem, consumiu R\$ 583 milhões, além de mais R\$ 1 bilhão em projetos, treinamentos, transporte, estudos ambientais. Sendo todo montante pago pela Petrobras.

Apesar da festa no lançamento da pedra fundamental, nem projeto básico havia na ocasião. De prioritária, acabou por cancelada. Conforme relatório do Tribunal de Contas da União (TCU), de abril de 2013 apontou indícios graves de irregularidade na terraplanagem – única obra que teve início, mas que foi paralisada sem ser concluída, conforme relatório do tribunal. De acordo com os fiscais do TCU, somente em 1º de novembro de 2010, ou seja, oito meses depois de lançada a pedra fundamental é que foi assinado um contrato para elaboração do projeto básico da Refinaria.

O anuncio da construção da refinaria em Bacabeira, em 2005, fez com que muitos empreendedores corressem para a cidade. Distante 50 quilômetros de São Luis, a cidade atraiu investidores nas áreas de restaurantes, pousadas, hotéis e imóveis para aluguel. Sem saber o que fazer, a população está desolada.

Preocupados, tanto com os impactos sociais, quanto com os ambientais e financeiros ocasionados pela paralisação da obra, defendemos que a Casa exija os necessários esclarecimentos do poder público competente no que toca ao tema exposto acima, de modo a se implementarem as ações saneadoras cabíveis.

Sala das Sessões, em 10 de fevereiro de 2015.

**Eliziane Gama  
PPS/MA**